POR UM PROJETO PARA O BRASIL: JOSÉ DE ALENCAR E A POLÊMICA EM TORNO DAS CARTAS SOBRE *A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS*

Tito Barros Leal[1]

RESUMO: Ao longo de sua vida José de Alencar colecionou polêmicas e desafetos políticos que ainda hoje embaçam a qualidade e a originalidade de sua obra. Aqui, pretendemos lançar novo olhar sobre a contenda literária que lançou o autor na cena das letras nacionais. Em uma série de cartas assinadas sob o pseudônimo Ig, o autor fez pesadas críticas ao épico *A confederação dos tamoios*, de Gonçalves de Magalhães. É à luz dessa série documental que pretendemos perceber algumas particularidades da escrita alencariana, nomeadamente: sua proposta estética para o Romantismo brasileiro; sua visão sobre o elemento indígena; e, sua compreensão sobre História e nacionalismo. Isto feito, lançaremos buscaremos traçar as linhas gerais de uma possível *poética historiográfica alencariana*.

PALAVRAS-CHAVE: José de Alencar; Historiografia; Romantiso

ABSTRACT: Throughout his life Jose de Alencar has collected polemics and disaffected politicians who still today embacam the quality and originality of their work. Here, we want to launch new look about the literary feud which launched the author in the scene of national letters. In a series of letters were signed under the pseudonym Ig, the author made heavy criticism of the epic poem of Gonçalves de Magalhães, A confederação dos tamoios. It is in the light of this documentary series that we perceive some peculiarities of writing alencariana, namely: their proposal aesthetics for the Brazilian Romanticism; his vision about the indigenous element; and, their understanding about History and nationalism. This done, we will be launching an attempt trace the broad lines of a possible poetic historiographical alencariana.

KEYWORDS: Jose de Alencar; Historiography; Romanticism

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido pela história.

BENJAMIN, Walter.
Sobre o conceito de História - 3ª tese

A verdade dispensa a verossimilhança.
José de Alencar - *A viuvinha*

[1] Aluno do Doutoramento em História, na especialidade de História e Cultura do Brasil, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP.

Notas introdutórias

José Martiniano de Alencar, patriarca da literatura brasileira, viria a produzir obra abordando toda a diversidade sociológica de um Brasil em construção. Em seus textos compilou, analisou, teceu e promoveu a complexidade histórico-cultural do Império dos trópicos. Nas palavras de Machado de Assis:

> Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira. E não é só porque houvesse tratado assuntos nossos. Há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das cousas. (…) O nosso Alencar juntava a esse dom a natureza dos assuntos tirados da vida ambiente e da história local.[2]

Expressando sua capacidade por meio de vários gêneros, tais como o romance, o conto, o teatro, a poesia, a crônica e a crítica, para ficarmos apenas no domínio das letras e não nos alongarmos nos discursos, cartas, panfletos, estudos filológicos, biografias etc. O autor, além de mostrar invulgar versatilidade literária, edificou as bases da literatura nacional brasileira.

O trabalho de observação do cotidiano, captado pela erudição de Alencar, produziu fontes utilíssimas para a pesquisa histórica. Quer no concernente à descrição dos cenários e das situações sociais, quer na profundura psicológica das personagens ou ainda noutras marcas que registram o perfil literário alencarino, o historiador, atualizado com as teorias que norteiam sua disciplina, encontrará nos textos do escritor cearense, importantes indícios para compreender o lócus histórico do autor e, também, sua lógica de interpretação historiográfica, silenciada ao longo do tempo por um processo de cientifização da História.

A inteligência de Alencar registrou em seus livros o colorido da nação tropical; os cheiros e sabores da terra; os sons produzidos nas selvas; o frescor da brisa litorânea, o burburinho da corte; a moda; o cotidiano; as falas e os costumes dos tipos e das gentes

---

[2] ASSIS, Machado. A estátua de José de Alencar – Discurso proferido na cerimônia de lançamento da primeira pedra da estátua de José de Alencar. (10 de maio de 1897). In: ASSIS, Machado. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1974. Vol. 2, p. 625. . Doravante, as *Obras completas* de Machado de Assis serão notadas conforme exemplo que segue: Iniciais do autor, **título do texto em negrito**, paginação. Sempre que por ventura o volume da edição diferir da citação anterior, o mesmo será informado antes da paginação. O mesmo deverá ser observado para as obras de José de Alencar aqui referenciadas; todas colhidas nos volumes que compõem as obras completas desse autor (Rio de Janeiro:Editora José Aguilar LTDA, 1959. 4 vol.). As informações completas das obras utilizadas poderão ser conferidas no final deste artigo, nas referências bibliográficas.

que compunham o múltiplo-uno Brasil. Nada, enfim, escapou a José de Alencar e, por isso mesmo, seus textos podem (e devem) ser tidos como campos bem arados para o cultivo quer de uma História do cotidiano da corte carioca, quer da História das mentalidades do Brasil Colonial.

O artigo, que agora vai ganhando forma e volume, pretende fazer uma revista dos primeiros anos da vida de José de Alencar, relevando sua formação e as principais transformações no universo intelectual brasileiro entre os anos de 1830 e 1860.

Além disso, o estudo apresentará rápida apreciação da polêmica gerada em torno das cartas críticas de José de Alencar sobre *a "Confederação dos Tamoios"* para daí passarmos à defesa da tese de que as cartas apresentam os primeiros vestígios daquilo que viria a ser o método historiográfico de José de Alencar, com base numa eticidade poética sobre a construção da memória nacional ou, melhor dizendo, numa poética historiográfica do Brasil.

Sem mais, seguimos.

Notícia biográfica[3]:

Sobre os primeiros anos de José de Alencar

Nascido a 1º de maio de 1829, em Messejana, no Estado do Ceará, filho de José Martiniano de Alencar e D. Ana Josefina de Alencar, José de Alencar vinha à luz no seio de uma família cuja orientação política voltava-se para o pensamento liberal.[4]

---

[3] Este artigo não tem pretensões de biografia e se apresentamos alguns dados sobre a vida do autor, fazemo-lo no sentido de pavimentar a estrada que levaria José de Alencar a formar sua proposta estética. Para conhecer a vida do romancista, cf. ARARIPE JÚNIOR, Tristão Alencar. **José de Alencar**. Rio de Janeiro: Tip. da Escola Serafim José Alves, 1882; MOTA, Artur. **José de Alencar (O escritor e o político)** – Sua vida e sua obra. Rio de Janeiro:Briguet, 1921; CASTELO, José Aderaldo. Bibliografia e plano das obras completas de José de Alencar. In: **Boletim bibliográfico**. São Paulo, 1949; LEÃO, Múcio. **José de Alencar** – Ensaio bio-bibliográfico. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1955; MENEZES, Raimundo de. **José de Alencar**: literato e político. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. **José de Alencar** – O poeta armado do séc. XIX. Rio de Janeiro: FGV, 2001; LIRA NETO. **O inimigo do rei**: uma biografia de José de Alencar. São Paulo: Globo, 2006 e, VIANA FILHO, Luís. **A vida de José de Alencar**. São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 2008. Por fim, mas de especial importância, cf. a autobiografia literária de José de Alencar, intitulada **Como e porque sou romancista**, escrita em 1873 e publicada (*post-mortem*) por Mário de Alencar, seu filho, no ano de 1893. A obra pode ser encontrada no volume 1 das *Obras Completas* do autor, publicadas pela Nova Aguilar (p.125-155).

[4] A família Alencar foi protagonista de alguns movimentos políticos importantes no cenário brasileiro oitocentista, nomeadamente a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1821). Sua avó paterna, Bárbara Pereira de Alencar, seu tio, coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e seu pai, p.ex., aderiram ao movimento revolucionário capitaneado pela Província de Pernambuco que, dentre outras questões, reclamava da expressiva influência lusitana na administração pública e na governança; da criação de impostos para a iluminação pública do Rio de Janeiro e do descaso do poder central para com a situação econômica da região, violentamente atingida pela seca de 1816. No caso da Confederação do Equador, na qual Tristão Gonçalves de Alencar Araripe também tomou parte, a querela se deu em torno

Cedo deixou a terra natal. Aos 11 anos já residia, com a família, na corte carioca, tendo sido matriculado na Escola de Instrução Elementar da Rua do Lavradio, em janeiro de 1840. Os primeiros tempos de estudante parecem mesmo ter marcado a formação do autor, tanto que, sobre eles, dedicou o segundo capítulo de sua autobiografia *Como e porque sou romancista* (1893).

Por esta mesma época, membros do Partido Liberal preparavam na residência do pai do romancista – o então Senador Alencar – a derrubada do Governo Regencial, em vigor desde a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Como o próprio José de Alencar escreve, o plano era entregar: "ao Sr. D. Pedro II, o exercício antecipado de suas prerrogativas constitucionais"[5], projeto bem sucedido, dado que em 23 de julho de 1840 o senado antecipou a maioridade do Imperador, conferindo-lhe plenos poderes aos 14 anos incompletos.

No mesmo ano, o jovem Alencar retorna à terra nativa, acompanhando o pai, recém-nomeado presidente daquela província, mas por lá pouco se demoraram e, já no ano seguinte retornam à corte.

Foi em 1842, quando contava algo em torno dos 13 anos de idade que, incentivado por um amigo do pai, brotou em sua mente o primeiro germe da arte de escrever. Joaquim Sombra, o dito amigo, lhe propôs escrever uma novela aproveitando os eventos da Revolução Pernambucana, idéia que logo foi aceita e iniciada:

> A cena era em *Pajeú de Flores*, nome que só por si enchia-me o espírito da fragrância dos campos nativos, sem falar dos encantos com que os descrevia o meu amigo. Esse primeiro rascunho foi-se com os folguedos da infância que o viram nascer. Das minhas primícias literárias nada conservo; lancei-as ao vento, como palhiço que eram da primeira copa.[6]

No ano seguinte Alencar mudou-se para São Paulo onde completou seus estudos secundários, matriculando-se em 1846 na Faculdade de Direito daquela província.

---

da outorga da carta constitucional de 1824, que criticava, obviamente, o absolutismo de D. Pedro I, propondo a separação das Províncias do Norte, nomeadamente Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, e a formação de uma República independente do Brasil, baseada na Constituição Colombiana. Ambos os movimentos tiveram, pois, caráter liberal, independentista e republicano. A essas revoltas podem ser somados outros episódios políticos dos quais os Alencar e, especialmente José Martiniano de Alencar, foram protagonistas, tais como, em ordem cronológica: o Golpe da Maioridade; os movimentos liberais de 1842, desenvolvidos em Minas Gerais e São Paulo, e a Revolução Praieira ocorrida em Pernambuco em 1846.

[5] J.A. **Como e porque sou romancista**, p. 131.

[6] Ibid., p. 136.

Os anos de estudo na Faculdade de Direito foram decisivos para a formação literária de Alencar. Compartilhando os livros dos companheiros da república estudantil onde se havia fixado o futuro romancista, como compensando seu frágil conhecimento de francês, empregou-se no estudo da língua. Ele próprio nos conta não ter sido esta a única deficiência da sua formação e que teve de refazer sua instrução secundária, "na máxima parte, depois de concluído o curso de direito, quando sentiu a necessidade de criar uma individualidade literária"[7].

Serviu-se da língua parisiense para devorar as novidades literárias e, sobre isso assim escreve:

> Encerrei-me com o livro [de Balzac] e preparei-me para a luta. Escolhido o mais breve dos romances, armei-me do dicionário e tropeçando a cada instante, buscando significados de palavra em palavra, tornando atrás para reatar o fio da oração, arquei sem esmorecer com a ímproba tarefa. Gastei oito dias com a *Grenadière*, porém um mês depois acabei o volume de Balzac; e no resto do ano li o que então havia de Alexandre Dumas e Alfredo Vigny, além de muito de Chateaubriand e Victor Hugo.[8]

Avolumando suas leituras, preparando seu espírito, dilatando seus horizontes, José de Alencar se ia dividindo entre os prazeres da Literatura, a paixão pela História e o arrebatamento filosófico, tanto assim que, a propósito escreveu não ter memória de nenhuma tentativa de literatura anterior a 1844, pois até ali, diz ele, "os estudos de filosofia e história preenchiam o melhor de meu tempo, e de todo me atraíam"[9].

Foi em meio a toda essa variedade de descobertas que, juntamente com alguns colegas primeiranistas da Faculdade de Direito fundou a revista *Ensaios Literários*, em cujas páginas publicou uma biografia sobre o índio potiguar Antônio Felipe Camarão que, na Batalha dos Guararapes (1846), ao lado dos portugueses, lutou contra a presença flamenca; além desta, publicou um artigo intitulado *Questões de Estilo*.

Alencar cursou o terceiro ano de Direito em Pernambuco, na cidade de Olinda. Ali ele se pôs "na velha biblioteca do convento de São Bento, a ler os cronistas da era colonial"[10]. O ano era 1848 e as férias de dezembro do ano anterior ele as havia passado

---

[7] Ibid., p. 139.
[8] Ibid., loc. cit.
[9] Ibid., p. 140.
[10] Ibid., p. 142.

no Ceará. As leituras colhidas na biblioteca do convento faziam ferver a imaginação do jovem escritor e nela borbulhava o primeiro romance. Em suas palavras:

> Uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-se com o primeiro broto do *Guarani* ou de *Iracema*, flutuava-me na fantasia. Devorando as páginas dos alfarrábios de notícias coloniais, buscava com sofreguidão um tema para o meu romance; ou pelo menos um protagonista, uma cena e uma época.

Advogado formado, em 1850 José de Alencar retorna à corte onde em 1851 iniciaria o ofício como praticante do escritório de advocacia do Dr. Caetano Alberto Soares. A ciência das leis, contudo, não despertou fortes paixões em Alencar. Tanto assim que confessou:

> Ao cabo de quatro anos de tirocínio na advocacia, a imprensa diária, na qual apenas me arriscara como folhetinista, arrebatou-me. Em fins de 1856 achei-me redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro. É longa a história dessa luta, que absorveu cerca de três dos melhores anos de minha mocidade. Aí se acrisolaram as audácias que desgostos, insultos, nem ameaças conseguiram quebrar até agora; antes parece que as afiam com o tempo.[11]

A atuação na imprensa foi estreada *pari passu* com a lida advocatícia. Publicou em 1851, nas folhas do jornal carioca *Correio Mercantil*, estudo crítico tendo por objeto *Poesias*, de Augusto Emílio Zaluar. Esse texto parece ter-lhe aberto as portas da imprensa e, tanto que, em 1853 assumiu cargo na redação do dito periódico.

Entre 3 de setembro de 1854 e 8 de julho de 1855 publicou, ainda no Correio Mercantil, a primeira parte de uma série de crônicas intituladas *Ao correr da pena*, uma série semanal sobre o cotidiano da Corte. Abandonando a folha diária por conta de desentendimentos com a direção, retorna ao Direito, advogando por curtos três meses.

No mesmo ano fundou, com alguns companheiros, o *Diário do Rio de Janeiro*, assumindo ali o posto de redator-chefe do noticiário. Logo retomou a escrita de suas crônicas semanais, publicando nova leva entre 7 de outubro e 25 de novembro daquele ano.

Entre 1856 e 1858 publicou, ainda no *Diário*, duas biografias: uma sobre Eusébio de Queirós (1856) e outra sobre o Marquês de Paraná (1856); um romancete

---

[11] Ibid., p. 146.

intitulado *Cinco minutos* (1856), primeira publicação literária do autor; dois romances *A viuvinha* (1857) e *O guarani* (1857).

O envolvimento direto com o jornalismo durou, portanto, de 1851 a 1858, ano em que deixou o *Diário do Rio de Janeiro*. Noutros momentos nosso autor voltou a colaborar com jornais e revistas e publica, por exemplo, entre 1869 e 1870, na folha político-literária *Dezesseis de julho*, órgão do partido conservador ao qual estava ligado desde 1861, quando estreara na tribuna parlamentar como deputado de sua terra natal[12].

De todo esse percurso a que agora vamos dar pausa, cabe uma importante observação que guiará o fluir do presente artigo: da produção tirada no *Diário do Rio de Janeiro* talvez a causadora de maior frêmito na Corte tenha sido a publicação das *Cartas sobre a "Confederação dos Tamoios"*, nas quais José de Alencar, contrariando interesses políticos, a estética romântica nacional, e a debutante historiografia brasileira, lançaria novas perspectivas sobre os rumos da construção ideológica da nacionalidade brasileira.

Antes, porém, consideremos o cenário histórico que viria receber as críticas aqulinas de José de Alencar.

A segunda metade da década de 1830:
Projetos para o Brasil

Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem e Manuel de Araújo Porto-Alegre, três jovens brasileiros que integravam o Instituto Histórico de Paris, alcunhados posteriormente de *"grupo de Paris"*, fundaram em 1836, na capital francesa, revista em cujas páginas se editaria o manifesto propositor da metamorfose estético-literária brasileira.

Intitulado *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, assinado por Gonçalves de Magalhães, o texto foi publicado pela primeira vez numa versão preliminar e escrito apressadamente para impressão do primeiro número da *Revista Nitheroy*.

---

12 Não é possível compreender a obra e a proposta estética de José de Alencar sem conhecer sua conturbada atuação política. Contudo, não há espaço neste artigo para desenvolvermos raciocínio aprimorado sobre o tema. Assim sendo, preferimos nos valer da voz do próprio autor. Diz ele: "O único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade, foi o político. Ou não tinha vocação para essa carreira, ou considerava o governo do estado coisa tão importante e grave, que não me animei nunca a ingerir-me nesses negócios. Entretanto eu saía de uma família para quem a política era uma religião e onde se haviam elaborado grandes acontecimentos de nossa história." Ibid., p. 142.

No referido artigo, Gonçalves de Magalhães afirmava ser a literatura de um povo:

> ...o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador, de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua inteligência.[13]

O discurso do autor conferia uma significativa força política literatura. Por ela (e com ela), ao melhor estilo vicciano, um povo se constrói e se solidifica. A constituição de uma literatura propriamente brasileira surgia intimamente ligada à ideia da construção da própria identidade nacional do país que, enquanto Estado soberano, ainda nem mesmo havia completado a maioridade. Novamente recorrendo ao ensaio, citamos:

> Cada povo tem sua Literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto. Mas esta verdade, que para os primitivos povos é incontestável, e absoluta, todavia alguma modificação experimenta entre aqueles, cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo.[14]

Insuflado por um nacionalismo apaixonado e estabelecendo as bases de uma nova ordem na intelectualidade do Império dos trópicos, Gonçalves de Magalhães inaugurava o Romantismo brasileiro[15]. Resumindo o ensaio em questão Antonio Candido afirma: “preconizando o abandono da mitologia clássica e dos modelos portugueses, propondo o índio como tema nacional, o sentimento religioso como critério e o sentimentalismo como tonalidade. Estava começando o nosso Romantismo”[16].

O projeto literário construído a partir do artigo da *Revista Nitheroy* coincidiria com as necessidades e aspirações vivenciadas no Brasil e endossadas com fervor pelo

---

13 MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: **Nitheroy: Revista brasiliense**, Paris, t. 1, n. 1, p. 132-159, 1836, p. 130.
14 Loc. cit.
15 Segundo Michael Löwy e Robert Sayre, o Romantismo, mais que uma corrente literária, seria uma “visão de mundo” e englobaria áreas como teologia, arte, sociologia, história, filosofia, enfim, uma série de possibilidades de interpretação da realidade social. Cf. LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Romantismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. No Brasil, como por onde se manifestou, o movimento romântico produziu variadas estratégias estético-metodológicas. No caso nacional, a proposta alencarina deve ser considerada, no mínimo, como peculiar.
16 CÂNDIDO, Antônio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010, p. 32.

conservadorismo político inerente à Regência. Ademais, para o então regente do Império, Pedro de Araújo Lima, consolidar um estado centralizado e forte era questão que exigia todas as atenções e esforços.

Concomitante ao nacionalismo que se vinha construindo na intelectualidade, com claras intenções simbólicas e políticas para efetivar o Brasil enquanto nação, em 1838 o governo regencial fundaria dois importantes órgãos imbuídos da tarefa de resgatar a memória nacional: o Arquivo Público do Império e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)[17].

Não bastasse isso para garantir a fecundidade do momento histórico analisado, o século XIX teve as décadas de 30 e 60 particularmente marcadas por uma enxurrada de periódicos que começavam a circular na seara intelectual brasileira e cuja finalidade consistia em promover e discutir os novos pensamentos que emergiam no Brasil. Exemplos desses periódicos são a referida *Nitheroy* (1836); a *Revista do IHGB* (1839) e o *Jornal Correio Mercantil* (1843).[18]

Homogeneizada na política brasileira e na vanguarda do debate vinha toda uma geração da intelectualidade pátria, que rapidamente se atou ao Romantismo proposto por Gonçalves de Magalhães. Os espaços políticos e os espaços acadêmicos misturavam-se porque mesclados estavam seus agentes históricos.[19]

Pensando especificamente no Instituto, fosse pela constante participação de D. Pedro II nas seções, fosse pela composição da casa, o espaço em questão manifestava grande força política. De fato, o recém-fundado IHGB apresentava:

---

[17] Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Para escrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto P. (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, 1-28.

[18] Para um bom panorama sobre a imprensa do Brasil imperial cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963 e VIANA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1945. Sobre o universo literário no período do Romantismo cf. MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: Tinta negra bazar editorial, 2010 que, apesar da dicção jornalística, apresenta-se como bom referencial introdutório para a questão. Cf, ainda, EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, mesmo curto em dimensão, o livro dá ótimas referências para aprofundamentos no tema.

[19] Para melhor compreender a atuação do IHGB enquanto órgão de construção da memória e da História nacional, cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Para escrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto P. (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, 1-28. Para aclarar as relações entre historiografia e Romantismo no Brasil Imperial, cf. GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. 2, 427-465.

> uma composição interna bastante reveladora de uma das fortes características do instituto, que se manteria durante toda a sua vigência, qual seja, um tipo de recrutamento que se pautava mais por determinantes sociais do que pela produção intelectual. O estabelecimento escapava, [portanto], às regras próprias do mundo acadêmico, já que seus critérios de seleção não privilegiavam uma suposta competência nas suas áreas de atuação.[20]

No IHGB "encontrava-se congregada (…) boa parte da geração romântica — de Gonçalves de Magalhães a Gonçalves Dias — que carregava consigo esse senso de dever patriótico" [21]. Como bem sublinha Manoel Luís Salgado Guimarães a implantação do Instituto colocou

> sob proteção do Estado o incentivo à produção de conhecimentos, articulando poder e saber de maneira bastante estreita. A História era pensada, assim, profundamente articulada aos destinos do Estado, e de um Estado monárquico que certamente lhe conferia um desenho peculiar.[22]

O manifesto estampado na *Revista Nitheroy* ganhava força. O projeto romântico e os interesses imperiais traçavam juntos e uníssonos, as fronteiras literárias e as novas mentalidades do "florão da América". O próprio D. Pedro II, tendo assumido suas funções de Imperador, graças ao golpe da maioridade, entusiasmado com o projeto nacional, fez-se mecenas da intelectualidade romântica.[23] Por isso, a proposta do IHGB de "coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à historia do Brasil"[24] vinha sendo posta em prática com afinco e constância.

Seguindo a diretriz de valorização do indígena como temática da propaganda nacional, em 1850 um grupo ligado a Gonçalves de Magalhães e atuante no IHGB, no qual destacamos Manuel de Araújo Porto-Alegre, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Gonçalves Dias, funda uma nova revista, a *Guanabara*[25].

---

20 SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O espetáculo das raças** – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Cia. Letras, 2001, p. 101.
21 Ibid, p. 102.
22 GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. op cit., p. 09.
23 SCHWARCZ, Lílian Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Cia. Letras, 1998.
24 MATOS, Raimundo José da Cunha; BARBOZA, Januário da Cunha. Breve noticia sobre a creação do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. In: **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 1, n. 1, p. 05-08, 1908, p. 06. Ed. Fac-sim (1º trimestre de 1839)
25 Criada no ano de abertura da seção de arqueologia e etnografia do IHGB passava a funcionar a revista *Guanabara*, curiosa mistura entre literatura e etnologia. Em suas páginas inscreviam-se apreciações etnográficas e imagens poetizadas do bom-selvagem brasileiro, o tupi.

Ainda nessa década, mais precisamente de 1856, seria publicado o poema épico de Gonçalves de Magalhães *A Confederação dos Tamoios*, obra que recebeu especial atenção do próprio Imperador. O Monarca, inclusive, além de ter feito sugestões para aprimorar o poema ainda arcou com a paga editorial.

Documento apresentado por Lílian Schwarcz, em *As barbas do Imperador*, deixa clara a importância política da obra de Magalhães. O referido documento é uma nota autógrafa de agradecimento escrita por D. Pedro II. Nela, respondendo aos elogios de Gonçalves de Magalhães, o Imperador reconhecia o valor nacional da poesia de Magalhães e salientava sua importância para o desenvolvimento da nação, mas finalizava afirmando que, como Imperador, ainda lhe faltavam "duas grandes obras: 'organizar moralmente a nacionalidade, formar uma elite'"[26]. Além disso, seguindo a leitura do documento lemos que para Pedro II, a Confederação dos Tamoios "era aguardada como grande documento de demonstração de 'validade nacional' do tema indígena"[27].

As cartas de Ig:
Por outra proposta nacionalista

O projeto romântico de Gonçalves de Magalhães assumido pelo IHGB, sob as bênçãos de D. Pedro II ganhava força política e produzia o que se pode chamar de primeira memória oficial do Brasil, não sendo esta, contudo, a única proposta romântica produzida em terras tupiniquins.

Munido de pena colhida em pássaro garrido do Brasil, José de Alencar, além de redefinir a estética literária de sua época, apresentaria nova proposta fundadora da nação.

Fato é que logo após a publicação d'*A Confederação dos Tamoios*, sob o pseudônimo Ig, Alencar lançou uma série de cartas que passariam à história da literatura nacional. Publicadas originalmente nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* no decurso do ano de 1856, o epistolário deu início a uma grande polêmica[28] em torno do poema. E

---

26 SCHWRCZ, Lílian Moritz. op. cit., 1998, p. 173. Na nota 76 do capítulo 06 da referida obra, a autora afirma que o documento em questão é um "exemplar da obra de Magalhães, que fez parte da biblioteca particular de d. Pedro II, e se encontra no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora.".
27 Ibid, p. 206.
28 Esta seria apenas a primeira de muitas polêmicas envolvendo José de Alencar. Somente para ilustrar a questão: com Paula Brito polemizou em torno do problema da alforria, tema estampado no final de sua peça *O demônio familiar* (1857); com Franklin Távora debateu sobre o idealismo romântico de *O guarani*

assim, propondo novo paradigma para o Romantismo e para a nacionalidade brasileira, chegava à cena literária nacional o jovem José de Alencar.

Dada a qualidade das crônicas impressas nas páginas do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio de Janeiro*, Alencar, já àquele tempo, impunha sua presença intelectual mostrando, inclusive, uma personalidade independente em relação ao universo de bajulação que se vinha estabelecendo na Corte de D. Pedro II.[29]

Nas oito cartas[30] sobre A Confederação dos Tamoios, José de Alencar lançava à luz, dentre outras, três importantes questões: 1) uma nova proposta estética para o Romantismo; 2) uma mini-poética sobre o tema do indígena; e, 3) uma nova compreensão de História e de nacionalismo.

Interessa-nos analisar os pontos segundo e terceiro; eles nortearão as reflexões seguintes, ajudando-nos a entender como José de Alencar utilizou a História em seus textos. A análise deles nos fornecerá elementos para compreender em que medida a ficção alencarina também pode ser lida como História. Iniciaremos o processo por rápida análise sobre a polêmica em torno das cartas de Ig[31].

O debate acerca da crítica de José de Alencar foi verdadeiramente acalorado. Além das cartas escritas pelo autor, o debate foi alimentado por sete cartas de Manuel de Araújo Porto-Alegre, assinadas sob o pseudônimo "O amigo do poeta"; um artigo assinado por "Ômega", pseudônimo cuja crítica especializada crê ter sido usado por Pinheiro Guimarães; seis cartas de D. Pedro II que as assinou como "O outro amigo do

---

(1857), sobre a estética de *Iracema* (1865) e sobre o regionalismo de *O gaúcho* (1870); com Joaquim Nabuco travou acalorada discussão literária sobre os rumos do romance e do teatro brasileiros (1875).

[29] O espírito independente valeu ao autor o desenvolvimento de sua carreira política, iniciada em 1860, quando se vê eleito deputado pela Província do Ceará. Sua atuação pública conta, ainda, com curta atuação como Ministro da Justiça, entre 1868 e 1870, cargo que abandonou quando D. Pedro II mandou retirar seu nome da lista de senadores a serem eleitos pelo Ceará. À propósito, podemos ler em *Reminiscências*, livro de memórias escrito pelo Visconde de Taunay, o seguinte diálogo, no qual o Imperador, aconselhando José de Alencar a desistir do cargo de senador : "— No seu caso, eu não me apresentava agora: O senhor é muito moço", tendo por resposta do autor: "— Por esta razão, Vossa Majestade devia ter devolvido o ato que o declarou maior antes da idade legal." (TAUNAY, Visconde de. *Reminiscências*. São Paulo: Melhoramentos, 1923, p.165.). Seja diálogo real ou fantasiado, serve bem para mostrar a personalidade de Alencar, além da sua difícil relação com o Imperador. Ademais, para compreender a postura do autor frente ao Soberano da nação, vale cf. a compilação das cartas políticas escritas pelo autor (sob o pseudônimo "Erasmo"), organizadas e prefaciadas por José Murilo de Carvalho e publicadas pela Academia Brasileira de Letras (*Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: ABL, 2009).

[30] As Cartas Sobre a Confederação dos Tamoios foram publicadas entre 10 de junho e 15 de agosto de 1856. No mesmo ano Alencar compilou-as em volume publicado pela Empresa Tipográfica do Diário.

[31] Analisaremos as cartas de Ig dando ênfase à crítica ao Romantismo intentado no poema de Gonçalves de Magalhães para assim podemos entender a proposta estético-nacionalista alencarina. Para esta tarefa utilizaremos as três primeiras cartas de Ig, pois nelas o crítico apresenta a maior parte de suas teses. Nas outras cartas dedica-se mais a responder aos defensores do poeta, muitas vezes forçando José de Alencar a retomar os pensamentos expostos nas primeiras folhas publicadas.

poeta"; um longo artigo escrito por Frei Francisco de Monte Alverne e mais quatro artigos de pseudônimos indistintos[32].

Em suas cartas, com desinibição e propriedade, Alencar apresenta as falhas formais, teóricas e estilísticas do protegido do Imperador: analisa a métrica do poema; compara o estilo do autor ao dos grandes poetas épicos; desvenda filologicamente os termos indígenas; corrige ideias; enfim, esmiúça o texto e o pensamento de Gonçalves de Magalhães.

O esmero e a qualidade da crítica alencarina mostram a singular capacidade do autor na lida desta difícil arte. Impressiona ainda mais quando levada em conta a diferença de idade entre o crítico, contando então seus 27 anos e o poeta criticado, na maturidade dos 45 anos.

Aliás, considerando-se verdadeiro o que o próprio José de Alencar escreveu no prefácio da posterior compilação das cartas, o trabalho apresentado revela o nível de erudição conquistado desde o processo de reeducação autoimposto à época do ingresso na faculdade de Direito. Sobre as cartas dizia Alencar: "São defeituosas como todo trabalho interrompido por estudos de natureza muito diversa, feito rapidamente e de memória, sem tempo de verificar a citação de livros que li há bons anos"[33].

A polêmica em questão não se limitou ao campo da literatura. Na verdade, na peleja com seus pares intelectuais, transparece muito das discordâncias com os valores políticos, históricos e nacionais, preconizados pelos românticos mais próximos ao IHGB e ao Imperador, já postas, por exemplo, nas crônicas alencarinas publicadas n'*O Correio Mercantil*[34].

---

32 A polêmica contou ainda com a participação indireta do poeta Gonçalves Dias, do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, do historiador e romancista português Alexandre Herculano e do e poeta argentino Juan María Gutierrez. Os três primeiros, em cartas respectivamente datadas de 13/09/1856; 24/09/1856 e 06/12/1856, endereçadas ao Imperador D. Pedro II, apresentam suas impressões pouco favoráveis, importa dizer, no tocante ao poema; já o poeta portenho publicou entre os dias 10 e 11 de janeiro de 1857, no jornal *El Orden*, longa apreciação crítica sobre o livro, chegando mesmo a recomendá-lo como modelar para a geração jovem de Buenos Aires. O apanhado de toda essa documentação foi qualificadamente analisado, compilado e publicado por José Aderaldo Castello (cf. CASTELLO, José Aderaldo. **A polêmica sobre "A Confederação dos Tamoios"**. São Paulo: Seção de publicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953). Dada a metodologia de organização das fontes, também Luís Bueno e Maria Eunice Moreira publicaram, em 2006, edição de especial valor para o estudo da contenta literária, neste volume encontram-se também as participações indiretas acima referidas. (cf. BUENO, Luís; MOREIRA, Maria Eunice (orgs). **A Confederação dos Tamoios**. Curitiba: UFPR, 2006).

33 J.A. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoios**, p. 863.

34 Para ilustrar o pensamento de José de Alencar sobre o IHGB cf. as crônicas datadas de 26 de novembro e 24 de dezembro de 1854 que foram publicadas n'*O Correio Mercantil* (J.A. **Ao Correr da Pena**, p.686-690 e p. 704-709). Vale salientar que o tom da crítica, tanto a social quanto a política, está registrado em toda a sua produção e pode ser notado, no método utilizado para escrever seus romances históricos, quer

Alencar inicia seu exame comentando a descrição do Brasil feita por Magalhães. Ele afirma haver muita beleza de pensamento no texto, mas o poema não estava à altura do assunto[35] e, continuando, ironiza ao escrever: “a descrição do Brasil inspirava mais entusiasmo do que o Brasil da descrição”[36].

Se por um lado a poesia de Magalhães não transmitia toda a beleza e pluralidade do Brasil, por outro ela também não elevava o indígena ao *status* simbólico pretendido pelo Romantismo. Na verdade, segundo Alencar: “a pintura da vida dos índios não tem (…) a menor beleza; uma página de um viajante qualquer a respeito da vida nômade dos árabes do deserto é mais cheia de poesia da liberdade selvagem”[37].

Na crítica, é importante notar, o autor constantemente chama atenção para a ausência da apreciação histórica dos povos indígenas. Para ele, o

> esboço histórico dessas raças extintas, a origem desses povos desconhecidos, as tradições primitivas dos indígenas, davam por si só matéria a um grande poema, que talvez um dia alguém apresente sem ruído, sem aparato, como modesto fruto de suas vigílias.[38]

Ao iniciar o segundo canto do poema, Gonçalves de Magalhães escrevia: “P’ra acabar co’os ataques reiterados / Dos Lusos, confederam-se os Tamoyos”[39]. Alencar critica a abordagem do poeta ponderando ser este um motivo menor e desapropriado para dar vida à epopeia de um povo. Para ele, não seria a partir da “morte de um simples guerreiro índio, assassinado por dois colonos”[40] que se alcançaria o objetivo do poema. Ademais, “derivar de um *fato acidental e sem importância*, a *luta de duas raças*, a

---

na fina descrição irônica da sociedade oitocentista retratada em seus romances urbanos, quer na reconfiguração estética do seu modelo indigenista, ou em suas crítica literária e seus textos políticos.

35 J.A. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoios**, p. 864.

36 Ibid, p. 865.

37 Ibid, loc. cit.

38 Ibid, p. 866. Esta passagem tem um valor chave na poética indigenista e na proposta romântica de José de Alencar. O esboço iniciado nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* viria a ser burilado pelo autor tanto no romance *O Guarani* (1857), quanto no poema *Os filhos de Tupã* (1863), vindo a ser aplicado com maestria em *Iracema* (1865).

39 MAGALHÃES, Gonçalves de. **A confederação dos Tamoios**. p. 9. Utilizamos o *fac-símile* da primeira edição de 1856, impresso no volume organizado por Maria Eunice Moreira e Luís Bueno, devidamente referenciado acima na nota 33.

40 J.A. **Cartas sobre “A Confederação dos Tamoios”**, p. 866.

extinção de um povo e a *conquista de um país*"[41], seria "impróprio da grandeza do assunto"[42].

Ao contrário do que possa parecer aos olhos de um leitor menos atento, José de Alencar não menospreza o peso histórico da opressão lusitana sobre os autóctones brasileiros e, neste caso específico, o problema apontado por ele é fundamentalmente estético[43]. Para Alencar,

> Não é pelo ódio indistinto da cor, não é pelo opróbrio e a vergonha de homens livres reduzidos à escravidão, não é pelo seu belo país, dominado por filhos de terras estranhas; não é para vingar as cinzas de seus pais, não é por nenhum desses incentivos nobres, que os tamoios se confederam; é unicamente *para acabar com os ataques reiterados dos lusos*.[44]

E, na sequência, escreve:

> Ninguém ignora que os ataques reiterados dos lusos tivessem por fim escravizar os índios, expulsá-los de suas terras, e que resistindo a eles os tamoios defendiam sua pátria, sua liberdade, e sua religião; mas é preciso exprimir os grandes sentimentos com a sua linguagem própria.[45]

Pelo exposto, não seria demais estabelecer paralelo entre as ideias estéticas alencarinas, ora discutidas, e as considerações respeitantes à *ficcionalização da história*, propostas por Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa*.

O filósofo francês, dentre outras possibilidades de ficcionalização, nos fala sobre o conceito de *epoch-macking*[46]. Segundo Ricoeur, essas marcas pelas quais uma comunidade histórica determina eventos decisivos ou definidores de sua identidade contribuem substancialmente para a própria identidade narrativa do grupo em questão[47].

Destarte, o ato de registrar os eventos históricos se desdobra numa complexa questão ética. Entre a abstenção de seus sentimentos e a tomada de posição ante o fato

---

41 Ibid., p. 867 (grifo nosso).
42 Ibid., loc. cit.
43 Essa questão estética parece ser a chave para abrir perspectivas sobre uma possível lógica historiográfica alencarina.
44 J.A. **Cartas sobre "A Confederação dos Tamoios"**, p. 870.
45 Ibid, p.870-871
46 RICOEUR, Paul.**Tempo e narrativa**. São Paulo: Papirus, 1997, t. 3, p. 324.
47 loc. cit.

analisado, o historiador deve escrever *aquilo que foi*. Ora, o que foi não se sabe, busca-se saber. Esse *buscar saber* é transmitido pela narrativa do historiador. Por isso mesmo, na narrativa historiográfica, historiador e história se confundem.

Reestabelecendo o horizonte da questão:
Uma conclusão parcial

Seguindo esse viés de raciocínio, traçamos paralelos entre a narrativa do historiador, tal como pensada por Ricoeur e a poesia épica na perspectiva alencarina, pois para Alencar, o poeta épico deve ser autor e ator de sua obra. Exercendo o papel de autor ele prepara a cena, ordena e decora o ambiente devendo, disso, tirar o maior proveito; na condição de ator o poeta está obrigado a empregar um tom e uma elevação que favoreçam seu estilo e suas palavras[48].

O que se vê, portanto, é uma reflexão original e exemplar sobre aquilo que Ricoeur, no esteio de Hayden White, afirma ser *imaginação histórica*[49]. O próprio Alencar, num estudo de filologia intitulado *O nome Ceará* (um de seus últimos ensaios literários), afirmava:

> A história pode ser a voz austera da verdade, sem que precise armar-se contra os poucos vestígios da imaginação pitoresca dos indígenas, escapos no meio da aridez dos cronistas ao carolismo dos padres e ao materialismo dos aventureiros.[50]

Os excertos das cartas de Ig, aqui apresentados, já despontam como embrião deste pensamento. A publicação d'*O guarani*, um ano após a polêmica, revela o burilar da teoria estética do autor, magistralmente desenvolvida em *Iracema* (1865) e, em *Ubirajara* (1873), aplicada com sóbria maturidade.

Os fragmentos aqui citados indicam ainda a indissociabilidade entre o sentido ético da narrativa de Alencar e seus princípios estéticos. Segundo ele, as palavras seriam

---

48 J.A. op. cit., p. 870
49 Acerca do conceito de imaginação histórica vale cf. COLLINGWOOD, Robin G. **A idéia de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1981; WHITE, Hayden. **Meta-História**. São Paulo: EDUSP, 2008 além, de RICOEUR, Paul. op. cit.
50 J. A. **O nome Ceará**, p. 1036.

"como as vestes do pensamento, que ora o trajam de galas e sedas, ora de lã e de estamenha"[51].

Por tudo isso, seguindo a proposta romântica traçada pelo romancista, podemos afirmar que o poema de Gonçalves de Magalhães não é um épico, muito menos um poema fundador, tampouco obra de um bardo nacional.

Segundo Alencar, o poeta d'*A Confederação dos Tamoios* longe de alcançar seus objetivos insistiu em utilizar "a forma com que Homero cantou os gregos"[52], sem observar que "o verso que disse a desgraça de Tróia, e os combates mitológicos não pode exprimir as tristes endechas do Guanabara, e das tradições selvagens da América"[53].

Nessa perspectiva, a nacionalidade havia ainda de ser construída num "poema nacional onde tudo fosse novo, desde o pensamento até a forma, desde a imagem até o verso"[54].

As palavras de Alencar sobre o poema de Gonçalves Magalhães demoraram a ser digeridas tanto pelo poeta quanto por D. Pedro II. Aliás, passados mais de três anos da publicação de suas últimas linhas contra Ig[55], o Imperador ainda se dispunha a escrever sobre o assunto. Em carta datada de 25 de março de 1860, endereçada ao Conselheiro Saraiva, o Monarca escrevia:

> já eu fiz o plano de defesa do poema (...) eu não abandono posição de defensor e elogiador (...) Talvez seja ocasião de uma pena florida escrever algumas poesias fazendo realçar as belezas da *Confederação* (...) não queria que o Ig se empavonasse mais descobrindo um único adversário (...) Quanto a ele, ou se entra no grupo, ou se está fora.[56]

Birras à parte.

Ao investigador interessado em encontrar sentido de História na obra de José de Alencar, julgamos não haver outro caminho que não seja o da análise de sua proposta estética geradora de uma poética historiográfica. A estética alencarina nos permite,

---

51 Id., **Cartas sobre a Confederação dos Tamoios**, p. 871.
52 Ibid., p. 875-876.
53 Ibid., loc. cit.
54 Ibid., p. 875.
55 As cartas de D. Pedro II em defesa de Gonçalves de Magalhães foram publicadas no *Jornal do Comércio*, ano XXXI entre 6 e 24 de agosto de 1856.
56 Carta de D. Pedro II ao Conselheiro Saraiva, 25.03.1860 – Arquivo IHGB. **Apud** SCHWRCZ, Lílian Moritz. op. cit., 1998, p. 210.

portanto, compreender a urdidura filigranada entre História e Literatura promovida nos escritos de José de Alencar, ou seja, permite-nos perceber o entrecruzamento da *realidade histórica* (ou daquilo que de real possa haver na produção historiográfica) e da *ficcionalidade literária* (ou do quanto haja de ficção num texto literário).

Referências Bibliográficas

Fontes

ALENCAR, José de. Cartas sobre "A Confederação dos Tamoios". In: __________. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960. Vol. 4, p. 864-935.

__________. Como e porque sou romancista. In: __________. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959. Vol. 1, p.125-155.

__________. O nome Ceará. In: __________. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960. Vol. 4, p.1028-1036.

ASSIS, Machado de. A estátua de José de Alencar. In: __________. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1974. Vol. 2, p. 624-625.

MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: **Nitheroy: Revista brasiliense**, Paris, t. 01, n. 01, 132-159, 1836.

MATOS, Raimundo José da Cunha; BARBOZA, Januário da Cunha. Breve noticia sobre a creação do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. In: **Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 01, n. 01, 05-08, 1908. Ed. Fac-sim (1º trimestre de 1839).

Referencial teórico

BUENO, Luís; MOREIRA, Maria Eunice (orgs). **A Confederação dos Tamoios**. Curitiba: UFPR, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CASTELLO, José Aderaldo. **"A polêmica sobe 'A Confederação dos Tamoios'"**. São Paulo: Seção de Publicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura no Brasil**. 3a ed. Rio de Janeiro: Livraria São José,1966.

COLLINGWOOD, Robin G. **A idéia de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Para escrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto

P. (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 1-28.

PELOGGIO, Marcelo. José de Alencar: um historiador à sua maneira. In: **Alea**, Rio de Janeiro: v. 6, n. 1, p. 81-95, jan.-jun. 2004.

RICOEUR, Paul.**Tempo e narrativa**. São Paulo: Papirus, 1997. T. 3.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Cia. Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O espetáculo das raças – Cientistas, instiuições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Cia. Letras, 2001.

WHITE, Hayden. **Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

__________. **Trópicos do discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.